

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Antonio Carlos da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo / Organizador Antonio Carlos da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-474-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.747212009>

1. Ciência política. I. Silva, Antonio Carlos da (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

No século XXI as forças do capital já não estão viradas para conquistas territoriais como tem sido dito. Que fariam elas com zonas econômicas de terra queimada e populações supérfluas?

KURZ, Robert. Poder mundial e dinheiro mundial: Crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015, p. 113.

Tal constatação não omite o prevalecer do processo de imperialismo no atual “campo”¹ histórico da modernidade, pelo contrário, enfatiza que sob a crise estrutural do capital, o que conhecíamos como zonas de influência nacionais, na qual os “impérios” buscavam ampliar as fontes de geração de riqueza e cadeia de valor, tornaram-se sinais de alerta para tentar minimizar as contradições presentes no desenvolvimento irracional da globalização do capital e das feições do Estado no capitalismo.

A política, neste contexto, exige uma crítica teórica que apreenda com a reconstrução histórica e possa ser formulada radicalmente. O compromisso com a emancipação, que não coaduna com o mito fáustico do Progresso e tampouco do crescimento econômico ilimitado, encontra na estatalidade e sua relação com as categorias-chave do moderno sistema produtor de mercadorias um espaço aberto para “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2020) e propor um devir que suplante a dependência unilateral com os limites de viabilidade do radicalismo do mercado e do imperialismo da economia.

Esse é o objetivo primacial desta coletânea intitulada “Ciência Política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo”. A diversidade é uma premissa incontestada neste volume, pois reúne em seus treze capítulos um leque interdisciplinar capaz de abordar criticamente os problemas estruturais sistêmicos e resgatar a relevância da dissociação do valor presente no tripé masculino, branco e ocidental que alimentam as contradições existentes e ampliam a condição de precariedade daquela parte da sociedade dos sem parte que lutam por direitos a ter direitos (RANCIÈRE, 2014).

Não obstante, os/as autores/ras confirmam a tese benjaminiana de que todo documento de cultura é, em essência, um documento de barbárie, pois à luz da falta de autonomia da esfera pública e, por conseguinte, do primado da liberdade política (consoante Hannah Arendt), questões étnico-raciais, de gênero e territorialidade estão no âmago de um sistema no qual o nível civilizatório se apresenta com índices cada vez mais alarmantes de miséria, desemprego, violências sobrepostas (Cavalcanti, 2018), crises energéticas, ecológicas, educacionais e pandêmicas.

Cientes e conscientes da importância da divulgação científica, em especial nesses tempos obscuros em que a necropolítica tornou-se regra, encontramos na Atena uma

¹ Aqui entendido como o moderno sistema produtor de mercadorias, no qual o sujeito histórico é metamorfoseado em predicado consumidor em uma sociedade na qual o trabalho abstrato cria cotidianamente mais valor, mais dinheiro. Neste contexto, o indivíduo e a natureza são tratados como processos de utilização empresarial para valorização ou, parafraseando Kurz (2020), economização abstrata do mundo.

editora comprometida com a divulgação, por meio de uma plataforma consolidada e confiável, dos contributos destes pesquisadores/investigadoras que acreditam que a busca pela compreensão dos fenômenos que nos cercam são o que distinguem os seres humanos de mercadorias.

Antonio Carlos da Silva

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Edição Crítica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.








CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (org.). **Violência doméstica e de gênero: uma abordagem multidisciplinar**. Lisboa: Pactor, 2018, pp. 97-121.

KURZ, Robert. **A democracia devora os seus filhos**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2020.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DEMOCRACIA DE MERCADO: A MENTE (TOTALITÁRIA) APRISIONA Antonio Carlos da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120091	
CAPÍTULO 2	15
A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL, DESEMPREGO E RECESSÃO Gustavo Perez Pereira Andrade  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120092	
CAPÍTULO 3	23
LOS PROBLEMAS DE LA DEMOCRACIA ACTUAL: LA PERSISTENCIA DE LAS “FALSAS PROMESAS” Y EL <i>PODER INVISIBLE</i> Héctor Zamitiz Gamboa  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120093	
CAPÍTULO 4	35
TUVALUANOS DESASSISTIDOS GLOBALMENTE EM FACE DA MUDANÇA CLIMÁTICA: DOCUMENTOS OFICIAIS, DIREITOS HUMANOS E O “NÃO FUTURO”? Patricia Benedita Aparecida Braga Fabio Lanza  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120094	
CAPÍTULO 5	51
CIDADANIA AMBIENTAL: LIBERALISMO, COSMOPOLITISMO E SUSTENTABILIDADE Cristiano Luis Lenzi  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120095	
CAPÍTULO 6	73
A CORTE INTER-AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL Bruna Ferrari Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120096	
CAPÍTULO 7	82
A GEOPOLÍTICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA: UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA Rafael Farias  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120097	
CAPÍTULO 8	96
EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL AO GIRO DECOLONIAL Elaine Cristina da Silva Zanesco	


Carlos Roberto da Silveira
Clayton Roberto Messias
Solange Maria de Oliveira Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120098>

CAPÍTULO 9..... 108

EL DIÁLOGO Y LA UNIVERSIDAD EN LA TEORÍA DE ALASDAIR MACINTYRE

Mauro Javier Saiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120099>


CAPÍTULO 10..... 121

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DO SISTEMA PARTIDÁRIO

Cristiane Silva

Romualdo Theophanes de França Júnior

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200910>


CAPÍTULO 11 134

MARX E POLANYI. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Edgard Malagodi

Cynthia Xavier Carvalho


Arlide Franco Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200911>

CAPÍTULO 12..... 148

COMISIÓN PASTORAL DE LA TIERRA Y SU ACTUACIÓN PARA IMPULSAR POLÍTICAS PÚBLICAS CON EL FIN DE REDUCIR LA CONDICIÓN ANÁLOGA A LA ESCLAVITUD DEL TRABAJADOR RURAL EN BRASIL


Luiz Augusto Silva Ventura do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200912>

CAPÍTULO 13..... 166

POLÍTICAS PÚBLICAS E DISFAGIA

Haroldo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200913>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 181

ÍNDICE REMISSIVO..... 182

CAPÍTULO 11

MARX E POLANYI. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Data de aceite: 01/09/2021

Data de submissão: 23/07/2021

Edgard Malagodi

Prof. Dr. Universidade Estadual de Campinas
Campinas – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/3651975547134022>

Cynthia Xavier Carvalho

Prof. Dra. Universidade Federal de
Pernambuco/CAA
Caruaru – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/8358868600649308>

Arlide Franco Alves

Prof. Dr. Instituto Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/6423964626325277>

RESUMO: O presente texto levanta a questão do aumento da insegurança alimentar em muitos países, enquanto aumentam os gastos públicos destinados a reforçar o modelo convencional, modelo que não tem respondido ao problema da fome tanto no plano mundial, como no caso do Brasil. As cifras são incrivelmente altas, e se tornam ainda mais alarmantes no contexto da pandemia da Covid-19. Após apontar para alguns programas – como o PRONAF – e algumas políticas públicas voltadas à agricultura familiar menos capitalizada e mais carente de recursos, que tiveram êxito no Brasil nas últimas décadas. Estas políticas seguiram estratégias totalmente diferentes das convencionais. Ao invés de fomento ao investimento de capital

puro e simples, as políticas precisam focar na capacidade e nas demandas específicas dos agricultores familiares camponeses. Isso tem um respaldo na elaboração teórica de Karl Polanyi, que advertiu sobre os perigos de abandonar a economia à lógica do próprio mercado autorregulado. Também a elaboração do último Marx (1882) identificava uma vitalidade na comuna rural, como uma perspectiva a ser levada em conta na eventualidade de uma mudança política na sociedade russa.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança alimentar; agricultura familiar; mercadorias fictícias; Karl Polanyi; Karl Marx.

MARX AND POLANYI. CONTRIBUTION TO THE DEBATE ON POLICIES FOR RURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: This text raises the issue of the increase in food insecurity, parallel to the increase in public spending to reinforce the conventional agricultural model, demonstrating the failure to respond to the problem of hunger in Brazil, as in other countries. The available data shows that the number are incredibly high and become even more alarming in the context of the Covid-19 pandemic. As counter points we highlight some public policies aimed at the poorest family farming, like PRONAF – National Program for Family Agriculture Promotion – which have been successful in Brazil in recent decades precisely because they followed strategies totally different from conventional ones. Rather than promoting pure and simple capital investment, policies need to focus on the capacity and specific demands of peasant family farmers. This is supported by the

theoretical elaboration of Karl Polanyi, who warned about the dangers of abandoning the economy to the logic of the self-regulating market. Also, the theorizing of the last Marx (1882) identified a vitality in the peasant economy, as a perspective to be considered in the event of a change in Russian society.

KEYWORDS: Food insecurity; family farming; fictitious commodities; Karl Polanyi; Karl Marx.

1 | INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento rural atual não é um debate isolado; por um lado, ele repercute os debates nas arenas globais sobre temas sociais, ambientais e climáticos relevantes e urgentes, por outro lado, ele questiona o modelo econômico dominante, particularmente no setor agropecuário. Isso tem permitido o aparecimento e assimilação de novos conceitos e noções que ampliam a percepção da complexidade e dos desafios atuais do desenvolvimento rural. Nesse ambiente intelectual se inclui o debate sobre o desenvolvimento inteligente, ou seja, um processo de mudanças induzidas que promovam a reconversão produtiva, partindo das populações dos territórios rurais como agentes e sujeitos capazes de induzirem mudanças, a valorização de seus conhecimentos tradicionais, bem como de suas experiências acumuladas e de seu potencial produtivo. É uma noção de desenvolvimento que não toma o capital como ponto de partida – o interesse abstrato pelo investimento – mas a existência de populações com seus cultivos tradicionais, sua cultura rural e a existência de recursos naturais, muito frequentemente precarizados pela ameaça de várias formas de violência direta.

O presente texto se propõe a tecer considerações sobre esse debate, colocando-o em relação com a tradição de dois autores que tem sido referência teórica fundamental para pensar a crítica da sociedade contemporânea: Karl Polanyi e Karl Marx. A importância dessa questão pode ser medida pelo fato de ambos os autores clássicos representarem uma referência nos estudos sobre as crises sociais do capitalismo, dos problemas de desemprego, pobreza, conflitos sociais e políticos etc. Aqui desenvolvemos uma linha de argumentação de que, o pensamento desses autores, quando redimensionados e relidos um em conjugação com o outro, pode iluminar de uma forma inovadora a crise estrutural da economia agrária, vista de uma perspectiva social, quer dizer, vista do ponto de vista dos atores mais afetados e prejudicados pelos mecanismos convencionais do atual modelo de desenvolvimento capitalista. Este modelo promove picos de produção de *commodities* agrárias, com destaque nas contas nacionais através da balança comercial, que compõe a conta corrente do balanço de pagamento, mas que estão implicados com extensos processos de exclusão e pobreza rural pelo interior do país. Mecanismos desse tipo afetam a economia agrária não apenas do Brasil, mas de todos os países do Sul Global. Tomando como base alguns exemplos de programas e políticas de desenvolvimento, experimentados pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, mostraremos como é possível traçar e executar modelos de desenvolvimento para as famílias de produtores rurais expropriadas e

empobrecidas pelas práticas correntes de concentração da terra e das pressões comerciais que funcionam atrelados a mecanismos de intermediação da produção agropecuária.

21 AUMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

Em um trabalho conjunto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), construíram um relatório que sintetiza o esforço de monitoramento do progresso feito para acabar com a fome e a desnutrição no mundo nos últimos cinco anos, no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (FAO *et al.*, 2021). Infelizmente a conclusão apresentada no documento não é, de modo algum, tranquilizadora, evidenciando que, faltando menos de uma década para se chegar a 2030, não apenas não se conseguiu avançar nesse objetivo, como também economias inteiras mergulharam numa trajetória contrária nos últimos dois anos. Relata-se conclusivamente que, depois de um período de estabilidade, a desnutrição aumentou entre os anos de 2019 e 2020, levando a 811 milhões de pessoas no mundo para uma situação de fome (161 milhões de habitantes a mais nesta condição), estando quase uma em cada três pessoas no mundo (2,37 bilhões) sem acesso à alimentação adequada em 2020. São números que tendem a aumentar conforme aumente o impacto da Covid-19, especialmente para os países de baixa e média renda (FAO *et al.*, 2021).

Hoje, a maioria das pessoas que vivem sob essa ameaça (ou realidade) de insegurança alimentar no mundo são crianças, mulheres e idosos, muitos dos quais dependem da agricultura. Dos 2,5 bilhões de pessoas nos países em desenvolvimento que vivem diretamente desse setor, 1,5 bilhão são de famílias de produtores de pequena escala, dos quais muitos deles são extremamente pobres (GODAN, 2020).

Como fatores propulsores para esse quadro desfavorável no âmbito da insegurança alimentar e nutricional, o documento da FAO *et al* (2021), destaca: (a) o aumento dos conflitos no mundo; (b) as mudanças climáticas; (c) as crises econômicas e; (d) altos níveis de desigualdade. Estes fatores isolados ou combinados, e que tem impactos circulares e interconectados, também concorrem para o aumento dos custos da dieta alimentar saudável, o que tem levado às famílias de baixa renda a uma dieta de menor custo, baseada em alimentos altamente processados.

A pandemia do Covid-19, portanto, surge como um agravante do que já vinha se desenhando no mundo, expondo as vulnerabilidades do sistema alimentar e necessidades de se pensar estratégias para superação e aumentar a resiliência em face de desafios semelhantes que podem estar por vir, caso a humanidade não repense e mude a forma como estão sendo feitas as coisas (FAO *et al.*, 2021).

No Brasil, um problema amplamente divulgado, mas com pouco resultado em termos

de impacto sobre mudanças efetivas na política pública, é o desmatamento da Amazônia. Entretanto, a despeito do nível elevado de desmatamento nessa área nos últimos anos, trata-se de um fato que vem acontecendo em praticamente todos os territórios do país. Para o Semiárido brasileiro, por exemplo, Santos, Nascimento e Silva (2020) mostraram que em 18 anos (de 2000 a 2018) houve uma perda de aproximadamente 26,96% de sua cobertura vegetal, o equivalente a 60.769,39 km². Além disso, notícia veiculada pela Embrapa em 2015 já informava que na época se tinha mais de 1 milhão e 260 mil km² em 1.440 municípios de 08 estados da região Nordeste e do Norte de Minas Gerais suscetíveis à desertificação. Relata-se que o desmatamento da Caatinga chegou a atingir uma área equivalente à Portugal, com quase 50% de sua extensão apta à desertificação (RIBEIRO, 2015). Esse dado vem corroborar com a tese apresentada por Alvarenga Jr e Young (2020), quando comenta que diante deste cenário, torna-se imprescindível o investimento em práticas agrícolas mais sustentáveis associadas à agricultura de baixo carbono.

O aspecto supracitado, coloca o segmento da agricultura familiar como um setor que necessita ser apoiado, com revisão sobre alocação e distribuição equitativa das políticas públicas, não só no contexto geral da agricultura, mas no próprio âmbito das políticas para a agricultura familiar, como o PRONAF. Da mesma forma, os programas de apoio a este segmento implantados no Brasil nas últimas décadas, como os programas de compras institucionais (PAA e PNAE), tornam-se importantes ferramentas para promoção de uma dieta com variedades tradicionais e locais de alimentos, e de fomento à agricultura familiar, quando combinado com a valorização das cadeias curtas de comercialização (a partir das feiras orgânicas), mais adequadas aos parâmetros da visão de sustentabilidade.

O problema é que, embora se torne cada vez mais importante o direcionamento das políticas públicas em prol da agricultura familiar e de uma agricultura de baixo carbono como estratégia face aos desafios listados, nos últimos anos, ao passo que ocorreram desmontes das políticas e instituições voltadas para este setor, cresceu relativamente mais a destinação de recursos públicos para fomento à produção comercial de larga escala e para exportação (especializada em *commodities* para conversão em ração animal e agroenergia), que estão amplamente associadas ao avanço do desmatamento. Fato que tem sido sustentado pela liberação em escala crescente de agrotóxicos no país.

A respeito dos agroquímicos, cabe observar que Bombardi (2017) já sinalizava a associação entre o crescimento da produção de *commodities* agrárias e do consumo de agrotóxicos. A autora destacou que o “o consumo total de agrotóxicos no Brasil saltou de cerca de 170.000 toneladas no ano 2000 para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de 135% em um período de apenas 15 anos” (BOMBARDI, 2017; 33). A autora comentou ainda, que centenas dos ingredientes ativos nesses produtos, com registro autorizado para uso no Brasil, são proibidos na União Europeia. Ademais, atualmente “quase um terço dos mais de 3 mil produtos agrotóxicos comercializados no Brasil recebeu registro durante os dois anos de governo Bolsonaro” (GRIGORI, 2021).

Esse crescimento do setor de commodities em meio ao aumento da fome no Brasil, destoa do discurso amplamente defendido acerca da necessidade do agronegócio como estratégia para conter o aumento da insegurança alimentar, a situação de fome no país. Vale salientar que, segundo Galindo *et al* (2021), a ocorrência de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) em 2020, esteve presente em 59,4% dos domicílios pesquisados entre os meses de agosto a dezembro, com grande parte destes situados nas regiões Nordeste (73,1%) e Norte (67,7%) e nas áreas rurais (75,2%).

Cabe considerar que essa situação de insegurança alimentar ocorre simultaneamente a uma conjuntura de grande êxito da produção agropecuária, uma conjuntura em que o país tem apresentado sucessivas safras recordes de grãos, ao mesmo tempo em que tem aumentado sua produção de proteína animal e, em consequência, sua participação no mercado mundial das *commodities* de origem agrária. É que a globalização econômica capitalista, quando dependente de recursos naturais – a terra, a água, fatores climáticos – faz com que os fluxos de capitais, bens, serviços, informações, pessoas e tecnologia – sejam direcionados ao uso intensivo dos recursos naturais e recursos humanos existentes, acelerando os fluxos de investimento e de produção de mercadorias.

O problema apontado é a existência de mercados autorregulados, que faz com que os atores individualizados, por exemplo, produtores de grãos, entreguem seus produtos aos compradores mais capitalizados, aos exportadores, deixando o mercado interno subabastecido, e obrigado a pagar preços exorbitantes, ao mesmo tempo em que fica comprometida a capacidade de compra da matéria prima das rações por parte dos criadores de aves, de suínos e bovinos confinados, por exemplo¹.

A situação geral é que se constrói uma divisão global do trabalho onde países do Sul global tendem a permanecer como fornecedores de produtos primários.

É preciso ter em vista que muitos pequenos produtores familiares estão excluídos do mercado, porque contando com recursos naturais limitados, não têm ganhos de escala e tem uma capacidade limitada de produção. Trata-se de uma situação que é comum em muitos países do Sul global. Como exposto por Viswanathan, Thapa, Routray & Ahmad (2012), a maioria dos agricultores (cerca de 95%) produz em menos de 2 ha em países como Bangladesh, Vietnã e Índia, em situação de extrema pobreza; uma situação que não é muito diferente do Brasil e de outros países da América Latina.

As pressões pela completa liberalização dos preços, com uma visão de economia agrária completamente regulada pelo próprio mercado, ignoram que o preço de mercado dos produtos agrários está sujeito a muitas flutuações que favorecem os agentes econômicos situados da “porteira do sítio para fora”, ou seja, fora da esfera da produção. Empresas focadas na comercialização e armazenagem, grandes e pequenos intermediários,

¹ Tem sido um fato recorrente em todas as regiões do Brasil o fechamento de granjas e criatórios de aves e suínos, assim como o protesto dos criadores pelo elevado aumento do preço da ração (composta principalmente por milho e soja), em meio a anúncios sucessivos de safras recordes destes grãos.

atacadistas e agroindústrias valem-se da variação do preço e obrigam os produtores familiares a entregarem seus produtos abaixo de seus custos, uma vez que os pequenos produtores agrícolas não têm mecanismos de retenção da produção para esperar preços melhores, ou escapar de pressões artificiais de baixa de preço ou de *dumping* no mercado.

Por isso, muitos produtores, especialmente o vasto setor da agricultura familiar, precisam ser apoiados e orientados por políticas públicas que reforcem sua presença no mercado, impedindo que o “grande mercado” os exclua como atores, como pequenos produtores familiares, e também como pequenos processadores; é preciso fortalecer e regulamentar seu raio de ação, fortalecendo através de mecanismos que deem estabilidade à sua participação nos mercados locais ou regionais, ou mercados de nicho ou mercados institucionais, como são o PAA e o PNAE.

Não se trata de incentivar o aumento da produção por unidade de produto, a todo o custo, mas de estabelecer mecanismos de proteção de suas condições de produção e de comercialização, viabilizando sua continuidade como atores produtivos em escala local e regional. Ou seja, desenvolver estratégias para o enfrentamento do risco da exclusão total do mercado, para garantir sua sobrevivência como pessoas e famílias inseridas no mercado, criando assim mecanismos que os afaste do risco do empobrecimento e da insegurança alimentar.

A completa desregulamentação do mercado, o *self-regulating market* (mercado autorregulado, Karl Polanyi) favorece apenas às empresas mais capitalizadas, à concentração dos capitais, e aos interesses do capital financeiro.

Conforme exposto por Araghi (2009), a atual onda econômica neoliberal, defensora do *laissez-faire* no âmbito do discurso, na prática se sobrepõe com um conjunto de instituições ou mecanismos intervencionistas especialmente postas pelos países desenvolvidos em benefício das corporações do agronegócio. Para muitos países, especialmente os com altas dívidas, esse contexto conduziu a: desregulamentação dos mercados de terras e a reversão das políticas de reforma agrária; cortes nos subsídios agrícolas; uso expandido de biotecnologias agrárias; dependência acentuada de insumos industrializados; promoção de exportações de grãos e diminuição da oferta de alimentos para o consumo interno, por exemplo. Segundo o autor citado, trata-se de diretrizes impostas pelos regimes agroexportadores, que colocam milhões de pequenos agricultores expostos à competição com empresas transnacionais altamente subsidiadas e produtores capitalizados. O resultado são camponeses despojados e lançados ao trabalho informal. E, no entanto, esse modelo de economia agrária não amplia, mas reprime a empregabilidade tanto no setor rural como urbano.

É evidente, portanto, que estamos falando não somente de cadeias produtivas diversas e específicas, mas também de interesses econômicos não apenas diferentes entre si, mas opostos e, em muitos casos, conflitantes. E se há grandes ganhadores com o atual modelo de desenvolvimento agrário, há muito mais perdedores. A defesa política,

ideológica, do mercado autocontrolado está alicerçada na ideia de que esse conflito se resolveria por si mesmo, ou seja, naturalmente, pelo próprio mercado, e que também que essa solução representa o interesse do desenvolvimento econômico do país. Entretanto, os resultados positivos não são confrontados com o seu custo social, ou seja, com os resultados negativos para as populações marginalizadas e excluídas dos processos produtivos.

Aos produtores familiares excluídos do mercado é atribuída uma inabilidade imanente a lidar com o próprio mercado. Tratar-se-ia de um resultado natural de um processo igualmente natural de competição entre fortes e fracos. O mercado é tomado então como o campo natural dessa competição.

Malthus poderia ter respondido que (...) teriam que passar fome tantas pessoas quantas aquelas poupadas por suas virtudes pacíficas. Na sua essência, a sociedade econômica se fundamentava nas inflexíveis realidades da natureza: se o homem desobedecesse às leis que dirigiam tal sociedade, o carrasco cruel estrangulava os rebentos dos imprevidentes. As leis de uma sociedade competitiva eram colocadas sob a sanção da selva (Polanyi, 2000, pag. 154).

De fato, o dogma tão difundido de tomar os processos de mercado como leis da natureza não pode ser enfrentado senão com um estranhamento radical, e a obra de Karl Polanyi é fundamental para isso. Antes de examinar esse autor, é importante rever como Marx analisou a situação dos camponeses russos, cuja existência estava ameaçada pela expropriação e pela desorganização de sua estrutura comunal tradicional.

3 I MARX E OS CAMPONESES RUSSOS

Durante muito tempo acreditou-se na inevitabilidade da capitalização do campo e na proletarianização das massas rurais, resultante do amplo processo de expropriação dos camponeses, como um caminho necessário para o desenvolvimento econômico de qualquer país. Como decorrência uma tal situação imaginou-se que após a completa privatização das terras e do apoio estatal ao investimento na agropecuária, a sociedade se modernizaria com um proletariado rural numeroso organizado em sindicatos, capazes de ocupar a arena pública e demandar vantagens salariais e benefícios trabalhistas, além de políticas compensatórias do Estado. Desta forma, o surgimento do “boia-fria”, o trabalhador volante diarista, morador das periferias urbanas das cidades interioranas, foi recebido como um salto na direção do progresso social e da solução do problema agrário nacional, apesar do reconhecimento do rastro de empobrecimento e miserabilidade que ele encerrava². Contudo, os resultados desse processo foram muito diferentes do que se esperava com a consolidação do atual modelo de desenvolvimento agropecuário brasileiro. Durante décadas observa-se que o assalariamento em massa na zona rural tem tido uma existência apenas sazonal e precária (como nas lavouras de laranja e cana-de-açúcar), e

² Ver a respeito: Maria da Conceição d’Incao e Mello. O boia-fria: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1977.

ainda assim seguida por constantes ondas de diminuição da demanda de trabalhadores devido às seguidas ondas de mecanização dessas e de outras culturas (SILVA & MARTINS 2010). Também não são raras as denúncias e ações do Ministério Público do Trabalho contra os empreendimentos rurais que utilizam de trabalhadores na condição análoga à escravo (GOMES, 2011).

Paralelamente a isso uma massa enorme de pequenas unidades de agricultores familiares, muitas inclusive encabeçadas por mulheres, compõem a realidade social agrária nas mais diversas regiões do país. É justamente face a esta situação que emerge a questão, contextualizando o problema da insegurança alimentar: qual o papel das políticas públicas de apoio ao agricultor / agricultora familiar que explora pequenas áreas, condição social da grande maioria dos trabalhadores migrantes? Em que medida os programas de incentivo e assistência técnica e as políticas públicas de compra direcionadas a estes setores podem representar uma ação pública que atue no sentido de aumentar a segurança alimentar e promover o bem-estar para estes vastos setores de trabalhadores e trabalhadoras rurais?

Programas e políticas com este foco encontram naturalmente argumentos contrários, entre os quais, a ideia de que apenas a agricultura altamente capitalizada – no cortejo do festejado agronegócio – é que pode gerar excedentes e ser considerada efetivamente produtiva. A partir deste pensamento, os recursos eventualmente injetados em sistemas produtivos de agricultores pobres ou situados no nível da sobrevivência não tenderiam a ser produtivos ou tão produtivos como aqueles injetados no fluxo dos investimentos das cadeias que operam em base em intenso investimento de capital.

O que se precisa reconhecer é que, de fato, há uma diversidade de situações, e que no conjunto da economia agrária estão em ação comportamentos econômicos muito diferentes uns dos outros. Tanto a motivação como a lógica que impulsionam o tipo de negócio empresarial não é a mesma que impulsiona um grande conjunto de produtores – trabalhadores rurais familiares, possuidores de limitados meios de produção e centrados no uso ao máximo de própria força de trabalho. E essas motivações é que precisam ser percebidas se se trata de propor políticas que aumentem a segurança alimentar e a geração de excedentes por parte destes setores descapitalizados e empobrecidos.

O que se deve reconhecer, em primeiro lugar, é que a família de agricultores camponeses reúne uma quantidade de ativos produtivos, a começar pela própria força de trabalho familiar. Possuem também redes de relacionamento que viabiliza a organização de associações de produtores e de fornecedores, principalmente de produtos hortifrutigranjeiros, capazes de suprirem mercados locais. Há também agricultores familiares enraizados em biomas florestais, desenvolvendo os famosos SAFs (Sistemas Agroflorestais) muito específicos em cada região, como também há agricultores nas reservas extrativistas, como as quebradeiras de coco babaçu do Maranhão e Piauí, catadores de castanhas, e muitos outros sistemas tradicionais de cultivo e extrativismo. Estes são apenas alguns exemplos, mas há uma lista extensa de modalidades de arranjos produtivos envolvendo

uma diversidade enorme de arranjos produtivos e culturas agrárias. Todo o contrário do monocultivo das grandes fazendas.

Face a estes sistemas tradicionais e às diversas situações de trabalho rural familiar é comum uma atitude de insensibilidade ou de recusa no reconhecimento da vitalidade destes setores. Há um pensamento que acredita na inexorabilidade do desenvolvimento das forças produtivas, na direção da capitalização empresarial e do assalariamento, que menospreza ou ignora tais realidades. E é esse o pensamento dominante e que influi na formulação das políticas públicas. Desta forma, os setores mais vulneráveis acabam necessariamente à margem de políticas públicas, e muitas vezes, quando implementada alguma política setorial ou específica para estes grupos, esta acaba ocupando um lugar marginal, sendo desativada ou abandonada quando há a mudança de governos. Falta, no caso de sua adoção, da montagem de base legal e institucional sólida, para que não sofram com as mudanças das conjunturas de governos.

Face a este quadro negacionista cabe introduzir uma ideia levantada por Karl Marx ao analisar a situação dos camponeses russos e de suas organizações, no final do século XIX. Trata-se da correspondência de Marx com seus leitores e admiradores, que também assumiam uma posição política oposicionista na Rússia, e que se constituía de uma geração de militantes e intelectuais já conhecedores da obra de Marx. Esta elaboração de Marx está particularmente documentada com uma carta-resposta à militante russa Vera Sassulitch, como também em longos rascunhos que redigiu como preparação da referida carta (MALAGODI, 2003).

Nesse conjunto de manuscritos, a questão central é a vitalidade da comuna rural russa, a organização tradicional dos camponeses russos que praticavam um tipo de propriedade comunal associada a uma produção individual e familiar. De um modo geral, Marx avalia o significado social e político dessas formas tradicionais de apropriação e divisão da terra e do trabalho, assim como os efeitos das reformas liberais e da pressão do Estado russo do sentido de introduzir leis que intensifiquem a expropriação dos camponeses e sua transformação em assalariados rurais.

Nesses escritos, Marx destaca dois pontos que podem nos ajudar a pensar no papel das políticas públicas para estes setores. Em primeiro lugar, contestando a opinião de “marxistas russos” – com os quais Marx discorda expressamente, de que a expropriação dos camponeses deveria ser a próxima etapa do desenvolvimento russo, e que essa medida iria em alguma medida favorecer o desenvolvimento social, político e econômico daquele país. Para defender esse ponto de vista, Marx cita páginas de sua obra *O Capital*, mostrando que a necessidade da expropriação dos camponeses e do surgimento da propriedade privada capitalista foi a via histórica de mudança social ocorrida nos países da Europa ocidental. Mas nada obrigaria a Rússia seguir a mesma via de transformação. Marx Explica:

1) Em se tratando da gênese da produção capitalista, eu tinha dito que existe no fundo 'a separação radical do produtor dos meios de produção' (p.315,

coluna I, ed. francesa do *Capital*) e que 'a base de toda esta evolução é a expropriação dos lavradores. Ela não se realizou ainda de modo radical senão na Inglaterra (...), mas todos os países da Europa ocidental percorrem o mesmo movimento' (I.C. C. II).

Eu restringi, portanto, expressamente a 'fatalidade histórica' deste movimento aos países da Europa Ocidental (Marx, 2005, pag. 110).

Marx cita as páginas d'*O Capital* que trata do caráter da propriedade privada como antítese da propriedade coletiva: nesse tipo de propriedade privada "as condições exteriores do trabalho pertencem a particulares". Todavia essa peculiaridade – é determinante para todos os casos individuais pois, "na medida em que estes [proprietários dessas condições externas do trabalho] sejam os [próprios] trabalhadores ou os não trabalhadores, a propriedade privada muda de forma (MARX, 2005; pág. 117).

O ponto de vista de Marx, portanto, é de que o processo de transição da propriedade privada pessoal em propriedade privada capitalista, verificado na Europa ocidental, não poderia aplicar-se para a Rússia, porque nesse país a propriedade individual do produtor ainda não existia. Mas o desejo daquelas pessoas de que a Rússia sofresse um desenvolvimento semelhante ao que ocorreu nos países da Europa ocidental é que a propriedade comunal, ainda existente em larga escala na Rússia, fosse abolida e os camponeses fossem expropriados.

Da mesma forma, a inexistência de políticas públicas para os segmentos descapitalizados e empobrecidos do meio rural brasileiro, e de outros países, reflete esse mesmo pensamento de acelerar a acumulação e o processo de expropriação das massas rurais, mas isso não se consegue sem aumentar a insegurança alimentar, sem aumentar a pobreza e colocar milhões na vulnerabilidade social e econômica.

São exatamente estes os efeitos do chamado mercado autorregulado, ou seja, do mercado que se regula por preços estabelecidos pelo próprio mercado; mas estes preços são acompanhados de *surplus*, não são estabelecidos para viabilizar as trocas, mas para permitir a produção e expropriação de excedentes, e canalização destes excedentes, do *surplus*, aos agentes apropriadores da riqueza gerada e atores da acumulação empresarial, comercial e financeira.

4 | O PONTO DE VISTA DE KARL POLANYI

As questões relativas ao tema da insegurança alimentar em países cujas economias apresentam indicadores de crescimento demandam tanto o esforço dos *estudos empíricos*, que chamam a atenção para o quadro de desigualdade social e para o agravamento da situação de insegurança alimentar, como também o *esforço teórico* de compreensão desse processo complexo, que exige explicações mais amplas e mais elaboradas, para além dos dados empíricos. A crítica da ideologia do *laissez-faire* econômico por Karl Polanyi é fundamental nesse contexto. Em seu livro clássico *A Grande Transformação*,

Karl Polanyi deixa claro que a ideologia que acompanha as políticas governamentais de abandono do funcionamento da produção e do comércio aos movimentos e pressões do mercado autorregulado é o grande fator gerador de desorganização social, desemprego, insegurança alimentar, fome e uma série de problemas sociais. Deste ponto de vista, as sociedades impactadas pela economia do mercado autorregulado sofrem as consequências desastrosas desse sistema econômico, principalmente após o século XIX, ou seja, após a consolidação dos efeitos sociais da revolução industrial capitalista na Europa. A questão colocada por Polanyi é que esse processo de transformação social, que culminou com aceitação do padrão de mercado autorregulado em todo o mundo, como nenhum outro na história humana anterior, colocou as condições naturais e básicas de vida humana – ou seja, a própria capacidade de trabalho das pessoas, de um lado e a natureza, com todos os recursos que ela possui, de outro lado – como coisas controladas pelo mercado, ou seja, como *mercadorias*, ainda que estas não sejam mercadorias estritas, pois não são mercadorias produzidas para a troca mercantil pelo processo de produção capitalista. Além do trabalho e da natureza, Polanyi também considera o dinheiro como mercadoria fictícia, uma vez que o dinheiro é essencial para as trocas de bens entre as pessoas, sendo, portanto, vital para o metabolismo social (Ver Polanyi, 2000, capítulo 6).

Portanto, para Karl Polanyi, *trabalho, terra e dinheiro* são mercadorias fictícias, porque não representam elementos produzidos pela economia de mercado, mas constituem condições naturais da vida humana; entretanto, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais de trabalho, da terra e do dinheiro. (Notar que essa caracterização destas mercadorias como fictícias nada tem a ver com a teoria do *caráter fetichista do valor das mercadorias*, desenvolvido por Marx).

Em resumo, o trabalho é, de fato, a capacidade humana de produzir bens para a própria vida; é, portanto, uma condição natural e universal de vida do ser humano, e o estranhamento proposto por Polanyi consiste exatamente nisso: como pode uma condição natural e essencial para todo e qualquer indivíduo humano aparecer, em uma determinada época da história da sociedade, subjugada às leis do mercado – do mercado autorregulável – ou seja, desse estranho poder que escapa às próprias instituições sociais que governam e controlam a vida social?

Chama a atenção no Brasil, que a situação dos agricultores familiares, que se consideram independentes, mas que sobrevivem e produzem em uma situação de extrema descapitalização e, em muitos casos, de extrema pobreza, tem mantido como estratégia de realização de trabalho e obtenção de renda o uso dos limitados recursos naturais em terra, água e vegetação natural para a produção de uma agricultura de subsistência. Enquanto no conjunto do território nacional se observa uma rápida e agressiva transformação do patrimônio nacional em solo, água e florestas em propriedade privada, através do mecanismo da grilagem (*acampamiento de tierras, land grabbing*) obedecendo justamente a lógica do mercado de colocar esse ativo natural nas mãos de grandes empreendedores e empresas

privadas; outros setores em situação de vulnerabilidade estão acuados em terras pouco férteis, ocupando áreas diminutas, muitas já degradadas pelo uso comercial-intensivo, ou localizadas em regiões de difícil acesso ou cultivo, como na vasta região semiárida do Nordeste.

Percebe-se claramente que o mercado autorregulado exerce o papel de transformação da propriedade da terra em um mecanismo de geração de grandes propriedades de terra, de especulação fundiária, de expulsão posseiros e populações tradicionais, abrindo espaço para o investimento do grande capital. Entretanto, essa apropriação privada de terras e a formação de grandes fazendas não tem capacidade de dinamizar o emprego e gerar uma massa salarial capaz de produzir efeitos positivos sobre a renda dos trabalhadores agrícolas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, portanto, que tanto de um ponto de vista empírico, factual, como através de um exame a partir de importantes contribuições teóricas podemos afirmar que o aumento da insegurança alimentar – da fome e da pobreza – especialmente nas áreas rurais, não constitui um fato isolado, nem tampouco pode ser atribuído a fatores eventuais ou incidentais: essa grande crise social está diretamente relacionada ao modelo de crescimento econômico adotado pelos sucessivos governos brasileiros ao longo das últimas décadas, mas agravado especialmente nos últimos 20 anos (DELGADO, 2017).

Há uma grande desigualdade tanto no tamanho de área como nas condições naturais e na infraestrutura dos estabelecimentos agrícolas. As políticas de fomento do Ministério da Agricultura, no entanto, têm como foco maior o Plano Safra, renovado anualmente, o que tem atendido majoritariamente os setores mais capitalizados e mais tecnificados da agricultura. Se esta política tem assegurado o aumento da produção e da produtividade – o que deve ser reconhecido e valorizado – essa política tem deixado à margem uma quantidade enorme de estabelecimentos rurais – justamente aqueles que são responsáveis pela sobrevivência de uma parte enorme da população rural brasileira. E é a falta de políticas de apoio técnico e financeiro, tanto para o fomento como para o escoamento da produção desses setores, que tem aumentado a sua vulnerabilidade.

Com a contribuição de Karl Polanyi compreende-se que o abandono dos produtores à lógica do próprio mercado, que no setor agrário ainda é sujeito das oscilações e catástrofes climáticas, faz aumentar a vulnerabilidade do agricultor de um modo geral e, em especial do pequeno agricultor familiar. Os programas e políticas públicas desenhadas para os diversos segmentos dos produtores familiares camponeses tem a vantagem de aumentar a sua resiliência e integrá-los nas várias cadeias produtivas, das quais foram desalojados.

Com Marx, a partir de seus escritos sobre os camponeses russos, compreende-se que o dinamismo do mercado promove a acumulação acelerada dos setores mais

capitalizados, porque esses setores têm mecanismos de apropriação de *surplus*, dos excedentes gerados, ao mesmo tempo que controlam as terras mais férteis e mais aptas à tecnificação. Deste modo, a reivindicação por programas e políticas públicas adaptadas para os milhões de agricultores e agricultoras está voltada para um outro tipo de desenvolvimento rural: não um puro e simples aumento da produção de commodities de origem agrária, não a obtenção de sucessivas safras recordes, mas uma menor desigualdade entre os produtores e uma maior estabilidade na situação social e econômica do conjunto dos produtores rurais, quer sejam produtores de grãos ou de proteína animal, quer sejam grandes, médios ou pequenos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA JR, M; YOUNG, C. E. F. O Pulo do gato: esverdear a economia para sair da crise. *In* Young, C. E. F; Mathias, J. F. C. M (Orgs.). **Covid-19, meio ambiente e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

ARAGHI, F. The invisible hand and the visible foot Peasants, dispossession, and globalization. *In* Akram-Lodhi, A. Haroon and Kay, Cristóbal (Edit.). **Peasants and globalization: political economy, rural transformation, and the agrarian question**. USA/Canada: Routledge, 2009.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. *In* Delgado, Guilherme C., Bergamasco, Sonia M. P. P. (Org.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for food security, improved nutrition, and affordable healthy diets for all. Rome, FAO. 2021. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>.

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; DE ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; Rennó, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, no. 4. Berlin, 2021.

GODAN (Global Open Data for Agriculture & Nutrition). **Poverty, food security, open data, and Covid-19**. Disponível em: <https://www.godan.info/news/poverty-food-security-open-data-and-covid-19>. Acesso em 04/08/2020.

GOMES, A. de C. (2011). Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. **História Oral**, 11(1-2). <https://doi.org/10.51880/ho.v11i1-2.148>.

GRIGORI, P. **Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história**. Agência Pública/Repórter Brasil, 18/01/21. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/>. Acesso em: 15/07/2021.

MALAGODI, E. A correspondência de Marx com Vera Sassulitch. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 22, n.º 02, p. 10 -14, jul.- dez. 2003.

MARX, K. Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n.º. 01 e 02, p. 110 -123, jan./dez. 2005.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RIBEIRO, M. **Desertificação atinge grandes áreas do Semiárido**. 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/3240771/desertificacao-atinge-grandes-areas-do-semiarido>. Acesso em: 08/07/2021.

SANTOS, C.A.G; NASCIMENTO, T.V.M do & SILVA, R. M. da. Analysis of forest cover changes and trends in the Brazilian semiarid region between 2000 and 2018. **Environ Earth Sci** 79, 418 (2020). <https://doi.org/10.1007/s12665-020-09158-1>.

SILVA, Ma. Aparecida de Moraes & MARTINS, Rodrigo C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**. Porto Alegre, Ano 12, n.º. 24, mai/ago 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 30, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94

Agricultura familiar 134, 137, 139, 146

Alasdair Macintyre 108

América Latina 16, 24, 29, 30, 31, 74, 81, 83, 88, 103, 106, 107, 138, 148, 165

B

Barbárie 1, 4, 6, 7, 10, 11, 13, 14

Brasil 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 40, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 178, 179

C

Capitalismo 13, 20, 21, 22, 24, 105, 135, 154, 164, 166, 167, 168, 170, 173, 174, 175, 179, 180

Celso Furtado 15, 21, 154

Cidadania 1, 7, 8, 9, 35, 36, 37, 39, 40, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 148, 175, 181

Cidadania ambiental 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Colonialismo 6, 84, 104

Comissão Pastoral da Terra (CPT) 148, 149, 150, 159

Comunitarismo 61, 62, 68, 108

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) 73, 74, 78, 80

Cosmopolitismo 51, 62, 63, 64

Crise estrutural 2, 6, 11, 135

Czeslaw Milosz 1, 2

D

Democracia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 49, 57, 72, 75, 80, 81, 96, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 169, 171, 173, 174, 175, 178, 181

Desemprego 3, 11, 15, 20, 21, 135, 144, 177

Desenvolvimento 6, 11, 15, 17, 18, 20, 21, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 63, 67, 75, 85, 88, 91, 99, 101, 129, 131, 134, 135, 136, 139, 140, 142, 143, 146, 151, 165, 166, 172, 181

Direitos humanos 1, 35, 36, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 64, 65, 66, 68, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 123, 150, 151, 165, 181

Disfagia 166, 169, 175, 177, 178

E

Educação 1, 14, 21, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 169, 176, 178, 181

Emancipação 1, 4, 6

Estado 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90, 91, 94, 96, 97, 99, 102, 109, 111, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 140, 142, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181

F

Fundo eleitoral 166, 169, 172, 173, 175, 176, 179

G

Geopolítica 82, 83, 85, 86, 92, 93, 94, 104

Globalização 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 60, 65, 138

H

Hannah Arendt 1, 12

I

Indústria de defesa nacional 82, 90, 91, 93

Insegurança alimentar 134, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 145

J

Judith Butler 1

Justiça de transição 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81

K

Karl Marx 134, 135, 142

Karl Polanyi 134, 135, 139, 140, 143, 144, 145

L

Liberalismo 51, 56, 57, 68, 110, 124, 125, 166, 174

M

Mercado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 45, 46, 66, 88, 91, 101, 118, 134,

138, 139, 140, 143, 144, 145, 157, 163, 168, 173, 174, 178

Modernidade 3, 4, 5, 10, 36, 70, 104, 105, 106

Mudança climática 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mundialização 15, 19, 21, 22

N

Necropolítica 7, 12, 14

Norberto Bobbio 23, 26, 27, 28, 34

P

Partidos políticos 3, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 153, 154, 166

Poder 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 38, 39, 43, 53, 62, 79, 85, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 105, 107, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 181

Políticas públicas 42, 56, 132, 134, 137, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 155, 157, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181

R

Recessão 15, 20

Representação política 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 132

Robert Kurz 1, 2, 3

S

Sistema partidário 121, 132

Soberania 5, 6, 7, 22, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 49, 56, 60, 62, 126

T

Teoria crítica 1

Teoria do valor 1, 3

Totalitarismos 1, 32

Trabalho 3, 4, 5, 7, 10, 15, 16, 35, 36, 51, 57, 66, 68, 74, 76, 77, 82, 83, 87, 92, 99, 105, 108, 121, 125, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 159, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 175, 177

Tuvalu 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

V


Violências 9

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br




Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br




Atena
Editora

Ano 2021